



SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

1 - PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO**, com sede na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro-Quissamã – RJ, torna público, para o conhecimento dos interessados que o (a) Pregoeiro (a) e a respectiva Equipe de Apoio realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Menor Preço por Item**, devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, na forma do disposto no processo administrativo nº 14239/2022, que será regida pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, pelo Decreto Municipal nº 2859 de 20 de maio de 2020 e, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

Data da sessão: 18/04/2024.

Horário: 09:00 horas.

Local: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.1 - ANEXOS DO EDITAL

São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Descrição da compra;

ANEXO III – Planilha de composição de custos;

ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO V - Modelo de Minuta de Contrato;

2 - DO OBJETO

2.1 – O objeto da presente licitação é aquisição de 01 (uma) viatura caracterizada tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, 4x4, zero-quilômetro, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito para estruturar a Guarda Civil Municipal de Quissamã -



RJ, conforme especificações relacionadas no Termo de Referência – **Anexo I** deste edital.

2.2 – No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Portal de Compras Públicas, prevalecerá a descrita neste edital.

3. DO PRAZO DE FORNECIMENTO

3.1 – O material deverá ser entregue até 45 (quarenta e cinco) dias, após o recebimento da Nota de Empenho, no local determinante pelo órgão comprador.

3.2 – Os materiais/equipamentos, objeto deste termo, serão entregues das 08:00 hs às 11:30 hs e das 14:00 hs às 16:00 hs de segunda a quinta-feira (em dias úteis), no endereço abaixo:

3.2.1 – Endereço físico: O equipamento será entregue na Sede da Secretaria de Transporte, situada a Rua Barão de Monte Cedro, s/nº – Centro. Conferido e atestado pelo servidor designado da Secretaria de Transporte e Coordenadoria de Patrimônio.

3.2.2 - Em caso de quaisquer dúvidas pertinentes à entrega, os fornecedores vencedores do certame, poderá sanar tais dúvidas através do telefone 22 2768-2482, ou ainda através do e-mail da secretaria: **sespt@quissama.rj.gov.br**

4. PREÇO ESTIMADO

4.1 - O preço estimado da presente licitação é de **R\$ 340.098,67 (Trezentos e quarenta mil, noventa e oito reais e sessenta e sete centavos)**, conforme Descrição da Compra – ANEXO I/I deste Edital.

4.2 - O valor máximo estimado dos equipamentos, objeto desta licitação, foi orçado de acordo com pesquisa de mercado realizado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO referente ao mês de junho de 2023 e contratações similares.

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Funcional programática	Elemento	Fonte	Ficha	Recurso do	Recursos
------------------------	----------	-------	-------	------------	----------



	de despesa			Governo Federal	
18.01.001.06.122.0106.1.119	44.90.52	170403	526		Royalties
18.01.001.06.122.0106.1.119	44.90.52	170013	4576	Convênio	

6. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

6.2 – Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

6.3 – Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema **Portal de Compras Públicas** para sua correta utilização;

6.4 - Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7 – VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME::

7.1 – Não poderão concorrer neste Pregão as empresas:

a) Tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93;

b) Impedidas de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art.87 da Lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

c) Sejam coligadas, controladoras e controladas pertencentes ao mesmo grupo de acionistas ou cotistas, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

d) Em consórcio ou grupo de empresa, qualquer que seja a sua forma de constituição;

e) Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art.9º da lei Federal nº 8.666/93.



7.2 - A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

8 - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses artigo 65 “d”, II, d, da Lei nº 8.666/93, devidamente comprovadas.

9 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Portal de Compras Públicas, suas respectivas propostas com a descrição do objeto, marca e os preços ofertados, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.3 - As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4 – Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de fornecimento do objeto, contado do recebimento da solicitação da Prefeitura de Quissamã; o prazo de validade da proposta comercial.

9.5 - No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

9.5.1. – declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

9.5.2 - manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;



9.5.3 - declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

9.5.4 - declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

9.5.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

9.6 – O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no **Anexo II** do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas a readequação de sua proposta final.

9.7 - O prazo de validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

9.8 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse do Município de Quissamã este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

9.9 – A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

9.10 - Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta. Desse modo, antes de encerrada a fase de lances, as participantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar à identificação da licitante.

9.11 – Até a data e horário marcados para a abertura da sessão da licitação, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados, sendo esta possibilidade automaticamente inviabilizada logo após findado este período.

10. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 - A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

10.2 - A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

10.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda



de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 – Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital.

11.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

11.2.1 – Deverá ser apresentado junto à proposta de preços a planilha de preços, conforme Anexo II/I, sob pena de desclassificação a não apresentação.

11.3 - A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

11.4 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

11.5 - Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **PREÇO POR ITEM**.

11.6 - Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) **na Descrição da compra – ANEXO II/I deste edital**.

12. MODO E DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

12.2 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

12.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

12.4 - Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.



12.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

12.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

12.7 - Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.8 - No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

12.9 - Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no I art. 30 e no artigo 31 do Decreto Municipal n.º 2859/2020.

12.9.1- A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12.10 – Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

12.11 - a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

12.12 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as



licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

12.13 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

12.14 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13. NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

13.1 - Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, por item, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

13.2 - A negociação será realizada por meio do sistema **Portal de Compras Públicas** podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13.3 - O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

13.4 - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial conforme **ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS – ANEXO I/II** deste edital, no prazo de 1 (uma) hora, contados do encerramento da solicitação do pregoeiro, que deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, conter marcas dos produtos ofertados, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante e seu representante legal.



13.5 – O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados.

13.6 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.7 - Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.8 - O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura de Quissamã para orientar sua decisão.

13.9 - Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.10 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

14. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

14.1 - A habilitação das licitantes será verificada por meio do **SICAF**, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

14.2 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados nos termos do disposto no item 9 deste edital.

14.3 – Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (uma) hora, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

14.4 - Somente os documentos e anexos exigidos, mediante juízo e solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.



14.5 - A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

14.6 - Serão verificados eventuais descumprimentos das vedações de participação da licitação, mediante consulta, sem prejuízo de outras fontes, aos seguintes cadastros:

14.6.1 - SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao artigo 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

14.6.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

14.6.3 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

14.6.4 – Cadastro de empresas penalizadas pela Prefeitura Municipal de Quissamã.

14.6.5 - As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

15.1 - registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

15.2 - registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

15.3 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente;



15.4 - cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas;

15.5 - documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades;

15.6 - cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

16. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

16.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

16.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto lícito;

16.3 - prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212, de 1991;

16.4 - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

16.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.



16.6 - Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.

16.7 - Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

16.8 – DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S , EPP'S E EQUIPARADAS

16.8.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

16.8.2 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da PMQ, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

16.8.3 - a falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

17- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1 - Para fins de comprovação de capacidade técnica da empresa, deverá ser apresentado, atestado(s) ou declaração(ões) concedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste edital, com clara menção da execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.



18 - RECURSOS

18.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema Portal de Compras Públicas, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.

18.2 - Será concedido o prazo máximo de 3 (três) úteis dias para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

18.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 - Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

18.6 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos à Comissão de Pregão Eletrônico da Prefeitura Municipal de Quissamã, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro.

18.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Ordenador de Despesas adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17.07.2002, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Quissamã, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;



- d) Não manter a proposta ou lance;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo (durante o certame ou na execução do contrato); ou
- g) Cometer fraude fiscal.

19.2 - A empresa vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.3 - As Condições para aplicação das penalidades estão estabelecidas na Minuta do Contrato, conforme **Anexo III**.

19.4 - Na aplicação das penalidades previstas no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87 “caput”, da Lei nº 8.666/93.

20 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

20.1 - Compete à autoridade competente homologar o Pregão.

20.2 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado, em prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Quissamã, para assinar o contrato.

20.3 - Será firmado contrato com a (s) proponente vencedora (s) com base nos dispositivos da Lei 8.666/93, suas alterações e demais dispositivos legais pertinentes à espécie, cuja minuta integra este edital (**Anexo III**).

20.4 - O prazo de vigência do contrato será conforme **item 14** do Termo de Referência e anexo III do Edital, contados da assinatura da autorização de início de fornecimento.

20.5 - Como condição para celebração do contrato, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação.

20.6 - Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular, ou se recusar a assinar o contrato, injustificadamente, o (a) Pregoeiro (a) convocará nova Sessão Pública na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação



dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

20.7 - A recusa do licitante vencedor em assinar o contrato configura inexecução total do seu objeto, sujeitando-se às sanções administrativas previstas no art. 7º, da Lei 10.520/02 e nos arts. 86, 87 e 88, da Lei nº 8.666/93.

20.8 - Até a data de assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação técnica ou econômico-financeira tenha se alterado após o início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

21 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1 - Observado o prazo de entrega, horários e local, os materiais/equipamentos serão recebidos definitivamente pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO** imediatamente após verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital;

21.2 - O aceite/aprovação dos materiais/equipamentos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA deste edital;

21.3 - Não serão aceitos materiais/equipamentos que não apresentem as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como aquele diferente da marca ofertada (quando for o caso), na proposta da empresa vencedora do certame licitatório

22 – GARANTIA:

22.1 - A contratada deverá apresentar garantia de no mínimo, 12 (doze) meses, do veículo e assistência técnica autorizada, para realização das revisões periódicas nos prazos estipulados no manual do fabricante, para manutenção da garantia técnica do veículo, em todo território do Estado do Rio de Janeiro, contados a partir do recebimento definitivo do veículo.

22.2 - Garantia de no mínimo, **03 (três) anos**, para o grafismo/adesivos conforme especificação do item 10.2 do Termo de Referência.

22.3 - Vale frisar que a garantia do veículo está condicionada a todas as revisões periódicas do veículo por parte da contratante.



23 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao Departamento de Despesas da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

23.2 - O pagamento será efetuado por empenho ordinário em parcela única mediante crédito em conta-corrente, após aprovação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em até 30 (trinta dias) após a emissão da nota fiscal, que deverá ser aceita pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO.

23.3 - Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do CRF, obtido perante o FGTS, dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

23.4 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

23.5 - Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

23.6 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.



24. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

24.1 - Qualquer pedido de esclarecimento, providências ou impugnações deverá ser enviado ao Pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

24.1.1 - eletrônico, no endereço: licitacaoquissama@gmail.com, até às 17h, até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

24.1.2 – Por escrito, desde que encaminhada com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das **8h às 11h** e sexta-feira de **8h às 12h**, exceto feriados.

24.2 - As informações relativas a este edital poderão ser esclarecidas junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, na Rua Conde de Araruama, 425 - Centro - Quissamã – RJ, pelo telefone (22) 2768 -1573, com o Sr. Valderson, ou com o Departamento de Licitação pelo telefone (22) 2768-9300, ramal 9323 no horário de 8hs às 11h30 e 13h30 às 17h, de segunda a quinta-feira, e sexta-feira, de 8h as 12h. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão aquelas de caráter estritamente informal.

24.3 - Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre o acolhimento ou não da petição interposta.

24.4 – Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

24.5 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Prefeitura Municipal de Quissamã o proponente que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data prevista para a abertura da sessão.

24.6 - Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações interpostas.



24.7 - As respostas às impugnações e os esclarecimentos solicitados serão disponibilizados no endereço eletrônico www.quissama.rj.gov.br para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a administração.

24.8 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

24.9 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, para sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

24.10 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

24.11 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

24.12 – Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

24.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.14 - O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

24.15 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

24.16 - Após a realização deste Pregão, os interessados poderão ter acesso aos autos do respectivo processo administrativo, de acordo com o Decreto Municipal nº 2131/2016 que regulamenta o procedimento de acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

24.17- Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã(RJ), 27 de março de 2024.

Carlos Davi Pessanha Barcelos
Assessor Técnico de Minutas de Editais
(Em exercício conforme portaria nº 24.312/2024)



SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Destina-se a presente especificação, subsidiar a aquisição de 01 (um) viatura caracterizada tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, 4x4, zero-quilômetro, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito para estruturar a Guarda Civil Municipal de Quissamã/RJ, conforme **item 10** (das especificações e técnicas do objeto e valor) deste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente aquisição é adquirida da emenda federal firmado através do Convênio Plataforma +Brasil nº 935340/2022 que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Município de Quissamã/RJ, com recursos provenientes do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta, para o Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Ação Orçamentária 21BM.

2.2. O valor da emenda destinado a essa aquisição é de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reis), o valor excedente será a contrapartida da Prefeitura Municipal de Quissamã.

2.3. O valor estipulado do bem esta vinculado a plataforma +Brasil sob o nº 935340/2022, onde foi feito todo procedimento de pesquisa de preço e aprovado pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, devendo este, seguir para licitar.

2.4. A presente Aquisição se justifica mediante a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, em equipar a Guarda Civil Municipal com uma viatura caracterizada do tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, 4x4, com caçamba, para atender o grupamento operacional em transporte de detidos sob custódia quando necessário e para atender o grupamento Ambiental nas rondas preventivas no Parque de Jurubatiba e futuramente o grupamento ROMU, melhorando as condições de trabalho, bem como possibilitem os mesmos a prestarem os devidos apoios aos demais órgãos fiscalizadores do município bem como acessar locais limitados a carros sem tração 4x4, devido o Município ter um litoral com 46 km de extensão de praias.

3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ENTREGA DO OBJETO

3.1. Os objetos serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 73, II da Lei 8.666/93:



a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

3.2. Serão recusados os materiais que não atendam as especificações deste Termo de Referência;

3.3. O ato de recebimento dos produtos, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os produtos fornecidos serão submetidos à verificação;

3.4. A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos da categoria que, por ventura sejam entregues com defeitos danificados ou não, compatíveis com as especificações do objeto.

3.5. Havendo qualquer irregularidade que impossibilite o recebimento definitivo, cabe a Contratante a substituição dos produtos recusados no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da solicitação;

3.6. A entrega dos itens deverá ocorrer na sede da Secretaria de Transporte, no horário das 08:00 as 11:30 e das 14:00 as 16:00 de segunda a quinta-feira, situada a Rua Barão de Monte Cedro, 0, Centro. Tendo a viatura conferido e atestado pelo servidor designado da Secretaria de Transporte e Secretaria de Patrimônio, devendo ainda constar da entrega, a nota fiscal que será atestada e encaminhada ao setor responsável para lançamentos.

3.7. Deverá correr por conta da Contratada as despesas com transporte e entrega do veículo.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo como os termos deste documento;
- c) Reservar local apropriado para o recebimento do objeto deste documento;
- e) Disponibilizar servidores para o recebimento do objeto no horário acordado;
- f) Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência;
- g) Permitir o livre acesso dos empregados da empresa nas dependências da Contratante para entrega do objeto deste Termo de Referência, desde que uniformizados e identificados com crachá;
- h) Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;
- i) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- j) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de representante especialmente designado;
- k) Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto deste Termo de Referência na forma e prazo acima estabelecidos, mediante apresentação da Notas Fiscais devidamente preenchidas, constando detalhadamente as informações necessárias, conforme proposta da empresa contratada;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de consumo, em estrita observância às especificações deste Termo de Referência;
- c) Assumir a responsabilidade por toda a logística de entrega;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do processo originado a partir do presente Termo de Referência;
- e) Entregar o objeto do processo originado a partir do presente Termo de Referência nas condições pactuadas neste documento;
- f) Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante na entrega do objeto;



- g) Responder por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do processo originado a partir do presente Termo de Referência;
- h) Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- i) Manter todas as condições de habilitação aferidas no processo de contratação durante a vigência do processo originado a partir do presente Termo de Referência;
- j) Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência;
- k) Garantir a qualidade dos produtos e a regularidade do fornecimento;
- l) Comunicar a fiscalização do processo originado a partir do presente Termo de Referência acerca de qualquer fato impeditivo que prejudique a perfeita execução do objeto;
- m) Permitir o acompanhamento da execução por parte dos agentes da administração.

6 - DA CONTRATAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria gestora do processo originado a partir do presente Termo de Referência, nota fiscal em 03 (três) vias, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento.

6.2. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará a contar a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

6.3. O pagamento será feito em até 30 dias corridos após emissão da NOTA FISCAL em conta indicada pela CONTRATADA.

7 – DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência será formalizada por intermédio da emissão da Nota de Empenho, e o presente Termo de Referência disciplinará todas as cláusulas e condições necessárias e suficientes para disciplinar a relação contratual, à luz do disposto nos arts. 55 e 62, da Lei 8.666/93;

7.2. Obriga-se a CONTRATADA a executar o objeto deste Termo de Referência, pelo regime do tipo menor preço unitário, mediante o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do artigo 10, I da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.3. Os serviços deverão ser executados obedecendo, fiel e integralmente, a todas as normas, itens, elementos, especificações, condições e projetos constantes deste Termo de Referência;

7.4. Os documentos referidos no parágrafo antecedente, aceitos e conferidos pela CONTRADA, passam juntamente com sua proposta, a constituir parte integrante do processo originado a partir do presente Termo de Referência, para todos os fins e efeitos;

7.5. Os serviços de que trata o presente Termo de Referência, serão realizados de acordo com as quantidades estabelecidas e preços constantes na proposta da CONTRATADA;

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;

8.2. As despesas decorrentes da devolução correrão por conta exclusivas do fornecedor, sem custos adicionais à CONTRATANTE;

8.3. Qualquer erro de impressão em Nota Fiscal será de responsabilidade integral da CONTRATADA. A substituição deverá ocorrer sob pena de não ser validada nos termos da Lei Específica, e, consequentemente, não sendo pago a despesa, enquanto durar tal impedimento;

8.4. Os casos omissos neste Termo de Referência de menor complexidade, serão dirimidos entre as partes (CONTRATANTE e CONTRATADA) através da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito desde que não resulte em prejuízos ao interesse público e à Administração; enquanto aos que resultarem de maior complexidade, serão conduzidos à apreciação com emissão de parecer da Procuradoria-Geral do Município e decisão do Ordenador de Despesa ou por ele determinado.



9. PRAZO/VALIDADE

9.1. O produto deverá ser entregue dentro do prazo estipulado, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades sobre inadimplementos previstos neste Termo de Referência e no contrato;

- a) Entregar em conformidade com as condições estabelecida neste termo de referência;
- b) O produto deverá ser entregue no local descrito no item 3.6
- c) Deverá ser obedecido o prazo estabelecido no item 9.3;
- d) A entrega deverá ocorrer no horário de expediente da Secretaria, de Segunda a Quinta-Feira, das 08:00 as 11:30 e de 14:00 às 16:00h;
- e) Em caso de quaisquer dúvidas pertinentes à entrega, os fornecedores vencedores do certame, poderá sanar tais dúvidas através do telefone 22 2768-2482, ou ainda através do e-mail da secretaria: sespt@quissama.rj.gov.br

9.2. Em caso de cumprimento de ordem judicial ou eventuais imprevistos o Cronograma de Entrega poderá ser reduzido, observada a necessidade da Administração;

9.3. O prazo de entrega do objeto deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias para após o recebimento da Nota de Empenho.

9.4. Em caso de cumprimento de ordem judicial ou eventuais imprevistos o Cronograma de Entrega poderá ser reduzido, observada a necessidade da Administração;

10. ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E VALOR:

10.1. DO VALOR E QUANTIDADE:

Identificação do Bem	Quant.	\$ Unitário	\$ Total Estimado
Viatura caracterizada tipo camionete/pick-up, cabine dupla, 4x4, zero quilômetro	1	R\$ 245.865,33	R\$ 245.865,33
Grafismo	1	R\$ 9.466,67	R\$ 9.466,67
Preparação para rádio comunicador	1	R\$ 18.466,67	R\$ 18.466,67
Sinalizador	1	R\$ 23.633,33	R\$ 23.633,33
Adaptação para cela	1	R\$ 29.866,67	R\$ 29.866,67
Preparação interna	1	R\$ 12.800,00	R\$ 12.800,00
VALOR GLOBAL		R\$ 340.098,67	

10.2. DA ESPECIFICAÇÃO:

Item	Especificações do Produto
I	Características Técnicas (MÍNIMAS): Classificação: viatura caracterizada para transporte misto, tipo caminhonete/pick-up cabine dupla; - Ano de fabricação e modelo mínimo referente ao ano da contratação; - Veículo: novo, zero-quilômetro (exceto trajeto de entrega de até 300 quilômetros); - Capacidade de transporte: mínima de 04 passageiros + motorista; - Portas de acesso: 04(quatro); - Combustível: óleo Diesel (BIODIESEL), Motor: - turbo diesel; e - Potência: mínimo de 190CV - Cilindrada mínima 1.725cm ³ (2.0 nominal). Transmissão: - mínimo 5 velocidades Caixa de mudanças automática/manual; e - Com tração nas 04 (quatro) rodas – 4x2, 4x4 e 4x4 Reduzida. Suspensão: - Conjunto de suspensão dianteira; tipo McPherson e com barra estabilizadora, roda tipo independente e



molhas helicoidal, e traseira; tipo eixo transversal (beam), roda tipo rígida e molhas feixe de lâminas. Sistema elétrico: - Tipo negativo à massa; - Tensão de 12 volts e amperagem compatível com os acessórios instalados, com capacidade da bateria mínima de 60 A/h; e - Alternador, com mínimo de 90A. Rodas: - Original da série do veículo ou de liga leve; e Mínimo aros 16 polegadas. Pneus: mistos, com medidas mínimas de 255/60/R16. Freios: - Freios de serviço, a disco nas rodas dianteiras e a tambor/disco nas rodas traseiras; - Sistema antiblocante – ABS off-road, Sistema de Assistência à Frenagem, Sistema de frenagem automática pós-colisão; e - Freio de estacionamento: mecânico ou elétrico. - Direção: Hidráulica ou elétrica, original de fábrica. Pintura: - Branca; Capacidade do Tanque: mínimo de 75,0 (setenta e cinco) litros. Carroceria: - tipo caminhonete/pick-up, com cabine dupla em aço original de fábrica; e - Capacidade mínima de carga (carga útil): 1.000Kg, Largura de no mínimo 1820 mm, Altura de no mínimo 1795 mm, comprimento de mínimo 5254 mm com entre eixo de no mínimo 3.000 mm. Equipamentos Mínimos: - Cinto de segurança de 3 (três) pontos retráteis, nos bancos dianteiros e nas laterais do banco traseiro, admitindo-se o cinto subabdominal na posição central do banco traseiro; - Bancos dianteiros e traseiros em tecido ou couro de qualidade, com apoio para cabeça ajustáveis em altura. Quanto ao apoio de cabeça ajustável em altura, a Resolução nº 518, de 29 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), faculta a adoção total ou parcial do referido acessório para os bancos traseiros, ou seja, tais bancos poderão ser instalados com três ou dois apoios de cabeça ajustáveis em altura, originais de fábrica; - Espelhos retrovisores externos, no lado direito e esquerdo, com acionamento elétrico, com comando de ajuste em ambos os lados, realizado pelo motorista; Limpador de para-brisas, com no mínimo duas velocidades e temporizador; - Espelho retrovisor interno dia/noite; - Ar-condicionado frio e quente original de fábrica; - Sistema de alarme antifurto original de fábrica ou instalado por concessionário autorizado, desde que coberto pela garantia; - Trava elétrica das portas original de fábrica; - Porta luvas com tampa; - Carpete interno; - Tapetes de borracha; - Antena interna ou externa para o rádio; - Vidros climatizados verdes com transparência de 70% mínima; - Tampa do reservatório de combustível com comando de travamento interno ou chave; - Odômetro total e parcial; - Air-bag duplo; - Estepe; e - Levantador elétrico dos vidros das portas, original de fábrica, com acionamento interno e comando geral na porta do motorista. Ferramentas e Acessórios: - Ferramentas: originais do veículo; e - Acessórios: originais do veículo, porém, aqueles exigidos no edital que não sejam de série, poderão ser instalados de fábrica e/ou por empresa autorizada pelo fabricante (à escolha do fabricante), mantida a garantia do veículo. Manuais: - Manual de operação do veículo - Manual de reparação (manutenção) do veículo - Manual da rede de concessionárias autorizadas.

Protetor do cárter confeccionado em chapa metálica, com espessura não inferior a 2 mm, a ser instalado de forma a proteger toda a extensão do cárter; Engate para reboque de Trailers (tara 1.500kg) a ser instalado na parte traseira do veículo, dotado de sistema elétrico completo e bocal tipo "macho - fêmea", em conformidade com a legislação de trânsito vigente; Protetor frontal e traseiro contra impactos (barra de ferro);

Sinalizador Visual: Conjunto luminoso principal, constituído por barra sinalizadora com formato em arco ou similar, dotada de cúpula injetada em policarbonato na cor vermelho rubi, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV, a ser fixada no teto do veículo, por meio de base confeccionada em alumínio extrudado. Fonte luminosa composta por módulos de LED, próprios para iluminação, na cor vermelha rubi, distribuídos de forma a permitir total visualização em ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade;

Sinalizador Acústico: Sirene eletrônica com amplificador de, no mínimo, 200 W e unidade sonofletora única, com, no mínimo, 04 (quatro) tons, que deverá ser adequadamente instalada no cofre do motor, a fim de gerar pressão sonora não inferior a



120 dB; O drive utilizado deverá ser próprio para a utilização em viaturas policiais, com pontos específicos para a fixação da corneta. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização acústico e visual;

Forração Interna do veículo: Bancos originais do veículo preservados e protegidos com capa de banco em courvim automotivo com reforço nas áreas de maior desgaste (abas laterais do encosto dos bancos), na cor do acabamento interno do veículo; Piso revestido em material resistente, não absorvente e lavável, na cor preta.

Compartimento para transporte de detidos adaptado na carroceria (CELA), a caçamba do veículo, deverá ser adaptado seguindo os seguintes critérios: O interior do compartimento traseiro, destinado ao transporte de detidos, deverá sofrer as adaptações necessárias a fim de não permitir que seus ocupantes tenham acesso a qualquer um dos equipamentos obrigatório (ferramentas, estepe, etc) ou outras peças/partes existentes nesse compartimento. Na parte interna da porta do compartimento traseiro, onde se localiza a sistema de fechadura, deverão ser providenciadas as alterações necessárias de forma a não permitir que os ocupantes desse compartimento possam ter acesso ou violar o sistema de abertura da porta. A cela deve ser composto por capota sobre a caçamba construída em material resistente; Suporte de algemas; Revestimento do assoalho do compartimento em fibra de vidro a fim de permitir a lavagem e o escoamento de líquidos para fora do veículo através de dois drenos nas extremidades traseiras, deverá possuir sistema que permita a circulação suficiente de ar em todo o interior.

Transceptor digital, o sistema não poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios). O sistema deverá ser imune a RFI (rádio frequência interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados.

Grafismo: conforme informações da Contratante (brasões, prefixos, escritas, faixas, etc). Antes da execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar à Comissão de Recebimento de Materiais em conjunto ao Comandante da Guarda Civil Municipal um layout mantendo a padronagem de cores desta Instituição para esclarecimentos de dúvidas e posterior aprovação. Os adesivos a serem utilizados deverão ser de alta qualidade com garantia de no mínimo 03 (três) anos. Película - retro refletiva vinílica de alta performance, de alto-brilho, com no mínimo de 160 microns de espessura, que possua adesivo sensível a pressão tipo classe 1 e com liner protetor do adesivo, tipo papel stáflat siliconado e tratado com polietileno de 160 microns. O adesivo deverá apresentar um desempenho fotométrico com coeficiente de retro reflexão mínimo (RA) expressos em cd / lx m² (candelas/lux/m²). Os quatro pares de coordenadas de cromacidade determinam a cor aceitável de acordo com o CEI 1931. Sistema colorimétrico padrão medido como padrão luminante C. Os ensaios de retro refletividade abordam as especificações mínimas de ângulo de observação de 0,2 graus e ângulo de entrada de 4 graus. Película não refletiva marca com a descrição mínima de alto brilho, filme em PVC, com adesivo poliácrlato solvente, permanente, para uso em áreas cujas características especiais de composição e propriedade assegurem a estabilidade otimizada e resistência a degradação UV a médio prazo em aplicações externas. A técnica de impressão das cores e brilho não metálicos deve ser compatível com a transferência térmica. A espessura do adesivo sem o papel protetor mínima de 2,5 mm. O adesivo deverá ter estabilidade dimensional (FINAT TM-14) aderido ao aço, não tendo diminuição no sentido transversal, de comprimento < 0,16 e resistência a temperatura que adere a alumínio, -4,4° C a +80° C sem variação. Poder adesivo após 24 horas de instalação em aço inoxidável médio de 4,1 lb / in FINAT TM-1. A durabilidade do adesivo ao ar livre com base na exposição de superfície vertical deverá ser de, no mínimo, 4 anos. Capacidade mínima de



alongamento a ruptura em frente (DIN EN ISO 527) 1. mínimo 150% e a ruptura junto (DIN EN ISO 527) mínimo. 130%. Resistência mínima a tração em frente (DIN EN ISO 527) mínima 19 Mpa, a tração junto (DIN EN ISO 527) mínima 19 Mpa; a solventes e produtos químicos após 72 horas; adere a alumínio em temperatura ambiente; resistente a maioria dos óleos, graxas, solventes alifáticos, ácidos fracos, sais e alcalis. Temperatura mínima de aplicação do adesivo deve ser de 7,78 C. O adesivo deverá ter acabamento de superfície de alto brilho, matte, deverá ser impressa conforme arte do veículo anexa.

O Veículo deverá possuir todos os equipamentos de série não especificados e também todos os exigidos pelo CONTRAN

OBSERVAÇÕES: O veículo deve estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Controle de Poluição de Ar por veículos automotores (PROCONVE), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). De acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, de abril de 2016, do DECOR/CGU/AGU, apenas serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam os seguintes critérios técnicos: Quanto ao combustível: - Veículos que utilizem combustíveis renováveis com tecnologia do “BIO DIESEL”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998. 5.2 Quanto ao nível de ruídos: - Veículo que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº, de 11 de fevereiro de 1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998 e nº 272/2000 e legislação superveniente e correlata. Garantia de, no mínimo, 12 (doze meses) do veículo e assistência técnica autorizada, para realização das revisões periódicas nos prazos estipulados no manual do fabricante, para manutenção da garantia técnica do veículo, em todo território do Estado do Rio de Janeiro.

ARTE DO GRAFISMO:



11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CONTRAPARTIDA

As despesas provenientes da presente solicitação serão cobertos com recursos da seguinte dotação orçamentária:

11.1. Elemento de despesa: **44.90.52**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fis. _____

11.2. Funcional programática: **18.01.001.06.122.0106.1.119**

11.3. Ficha: **526**

11.4. Fonte **170403 / ROYALTIES**

12. EMPENHO

12.1. O empenho será ORDINÁRIO

13. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1 Pregão Eletrônico

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

ANEXO I/I

(Descrição de compra)



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

ANEXO III/I

(Planilha de composição de custos do item)

Identificação do Bem	Quant.	\$ Unitário	\$ Total Estimado
Viatura caracterizada tipo camionete/pick-up, cabine dupla, 4x4, zero quilômetro	1	R\$ 245.865,33	R\$ 245.865,33
Grafismo	1	R\$ 9.466,67	R\$ 9.466,67
Preparação para rádio comunicador	1	R\$ 18.466,67	R\$ 18.466,67
Sinalizador	1	R\$ 23.633,33	R\$ 23.633,33
Adaptação para cela	1	R\$ 29.866,67	R\$ 29.866,67
Preparação interna	1	R\$ 12.800,00	R\$ 12.800,00
VALOR GLOBAL		R\$ 340.098,67	



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fís. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO
EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fís. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRANSITO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO